

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA GERAL E ROMÂNICA



AS LÍNGUAS DE CABO VERDE
UMA RADIOGRAFIA SOCIOLINGUÍSTICA

Anexo 8: Adendas dos Líderes

Tese orientada pela Prof. Doutora Maria Antónia Coelho da Mota

Amália Maria Vera-Cruz de Melo Lopes

DOUTORAMENTO EM LINGUÍSTICA
(Sociolinguística)

2011

ADENDA INF8

No tribunal, do diálogo com os diferentes intervenientes, e para diferentes fins, em sessões públicas e não públicas, como faz uso das línguas cabo-verdiana e portuguesa?

“No Tribunal, tradicionalmente, usa-se a língua portuguesa.

Na época colonial, por imposição legal, isso era feito com relação a todos os intervenientes, havendo até “intérpretes” – funcionários nomeados e previstos nos quadros dos Tribunais – para a tradução, durante as audiências e diligências, do “crioulo” para o português e vice-versa.

Após a Independência Nacional, lentamente foi-se introduzindo o uso da língua cabo-verdiana no Tribunal, sobretudo nos interrogatórios e audições aos diversos intervenientes no processo.

Normalmente (e falo dos processos em que intervenho), o diálogo entre os Magistrados (Juízes e representantes do Ministério Público), entre os Magistrados e os Advogados, e entre estes, faz-se em língua portuguesa. Mas os interrogatórios e as audições das partes (autores, réus e assistentes) e das testemunhas ou mesmo dos peritos, faz-se indiferentemente em “crioulo” (língua cabo-verdiana) ou em “português”, consoante os mesmos se sintam mais à vontade numa ou noutra língua. Já não há necessidade (nem sequer nos passa pela cabeça!) de ter intérpretes [funcionários nomeados e previstos nos quadros dos Tribunais antes da independência] para nos fazermos entender, pois, se for necessário, é o próprio Magistrado ou Advogado a intervir na língua (cabo-verdiana ou portuguesa) em que o interlocutor (parte, testemunha, perito, etc.) se sente mais à vontade e se exprime melhor”

ADENDA INF10

1) Aprendeu o crioulo e o português simultaneamente como língua materna, ou seja, ambas em casa, com a família, ou o português foi apenas na escola, embora com contacto intenso em casa, nomeadamente através do pai?

Não aprendi o português e o crioulo em casa, simultaneamente. Convivi com o português, desde cedo, através do meu pai. Ele tinha por hábito falar connosco, os filhos, em português, em duas situações: quando nos admoestava (mas não em todas as situações desse tipo) e quando nos explicava algo ligado a uma área qualquer do conhecimento. Essa última situação dava-se sobretudo à mesa, geralmente ao almoço, e ocorria na sequência de alguma pergunta nossa. Comecei a ler bem cedo e isso levava-me a perguntar frequentemente significados de palavras, conceitos ou matérias que não tinha entendido bem nas minhas leituras. Meu pai gostava de explicar, de ensinar e informar. Nalgumas das respostas dele, passava a português. Isso terá, certamente, favorecido o domínio mais cedo (em relação à média da minha geração) da LP.

Penso ser útil dizer que o hábito da leitura me facilitou a aprendizagem do português. Hoje, quando vasculho as minhas reminiscências, não tenho dúvida alguma que comecei a ler precocemente quando comparado com a maior parte dos miúdos da minha classe social e da minha época. Li o meu primeiro romance aos oito anos de idade. A razão pela qual tenho isso bem presente é porque se tratou de uma espécie de emulação que impus a mim mesmo. Na altura já lia banda desenhada, sobretudo a oriunda do Brasil. Impus-me ler romances porque significava enfrentar e ganhar um desafio de gente grande! Li uma daquelas vulgares novelas de *cow-boys*, redigidos a granel, como vim a saber depois, mas que faziam a delícia da nossa infância e adolescência. “Miss Morte”, do seu nome. Lembro-me disso, também, porque socorro-me de uma mnemónica: identifico no tempo, com precisão, uma série de factos e acontecimentos da minha infância e adolescência, em função das casas que a nossa família foi habitando. Por exemplo, quando li essa novela, morávamos na casa de fronteira entre Fonte Filipe e Ribeira Bote, na rua onde hoje se situa a Rádio Nova.

2) Que valor, interesse e papel para Cabo Verde atribui à língua portuguesa?

Atribuo um valor elevado. É capital nosso, também. A maior parte dos cabo-verdianos acolhe ou entra na modernidade pela via da língua portuguesa porque é sobretudo através dela que obtemos o conhecimento técnico e científico formais e a cultura dita erudita. Claro que estou a referir-me sobretudo aos cabo-verdianos que vivem em Cabo Verde, a que se devem juntar os muitos milhares que vivem em Portugal e em outros países de expressão oficial portuguesa. Pela língua portuguesa Cabo Verde tem essa oportunidade de integrar nessa vasta “comunidade”, que ainda mal balbucia, que é a CPLP, mas que representa um potencial extraordinário, seja qual for o ponto de vista que escolhermos. Pela língua portuguesa mergulhamos em “territórios de conhecimento” que nos estão vedados se nos socorrermos somente da LCV e será assim por muito tempo. Há algo a que não estamos acostumados a aceitar, devido à chamada questão colonial: o facto de a língua portuguesa, estando na nossa génese (na génese da própria língua cabo-verdiana) ser herança e traço cultural identitário do cabo-verdiano. Pode ser uma afirmação polémica, sobretudo porque se esgrimirá rapidamente o argumento dos que não são alfabetizados na língua portuguesa. Mas aqui não vou argumentar. Só direi que, me parece, do ponto de vista sociolinguístico e antropológico, que nascer e crescer num universo linguístico em que há um permanente convívio de duas línguas, ainda que esse convívio revista, muitas vezes, a forma de conflito assimétrico, não pode deixar de influenciar a mentalidade dos actores nessa situação, mesmo que sejam iletrados. Para mim é quase uma evidência. Daí eu concordar com a ideia de trabalharmos para um verdadeiro bilinguismo – domínio da LCV e da LP para todos os cabo-verdianos.

ADENDA INF12

As duas restantes pessoas com quem mais converso, fora do meu círculo familiar são:

Pessoa 2: cabo-verdiano, um pouco mais novo, sexo masculino, média alta (formação superior/documentalista), natural de Santo Antão; interacção sempre em crioulo, sobre todo o tipo de assuntos, incluindo questões culturais e em contextos informais.

Pessoa 3: cabo-verdiano, pouco mais novo, sexo masculino, alta (jornalista e doutor em ciências políticas), natural de Santo Antão, tendo vivido e estudado em S. Vicente e Portugal); interacção sempre em crioulo, sobre todo o tipo de assuntos, incluindo questões culturais e em contextos informais.

ADENDA INF13

No tribunal, do diálogo com os diferentes intervenientes, e para diferentes fins, em sessões públicas e não públicas, como faz uso das línguas cabo-verdiana e portuguesa?

«No tribunal, no diálogo para apuramento dos factos, com os arguidos, testemunhas e declarantes, uso o crioulo, a menos que perceba que a pessoa em causa, prefere usar o português. Com o juiz, nas alegações e outros diálogos orais, uso o português. O mesmo acontece em tudo o que seja escrito.

Entretanto importa frisar que nas relações processuais não públicas com os juízes, os mais maduros e seguros de si falam descontraidamente o crioulo com os advogados enquanto os mais inseguros técnica e humanamente parecem refugiar-se no português, como uma espécie de distanciamento ou de “respeito imposto”. Nas sessões públicas, o crioulo é mais raro na relação com os juízes, mas a lógica é semelhante.

No diálogo com os clientes, no escritório, uso o crioulo a menos que a pessoa em causa se me dirija em português e perceba que ele prefere o português.»